

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

ATA Nº 038

PRESIDENTE - DEPUTADO MAURO SAVI

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Boa-noite a todos!

Declaro aberta esta Audiência Pública, requerida pelo Deputado Mauro Savi e pelo Deputado Ságuas, que compõem a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de discutir conflitos em terras indígenas, no dia 08 de outubro de 2003, às 19:30 horas, no Auditório Milton Figueiredo.

Convido para comporem a Mesa: o Deputado Ságuas; o Deputado Federal César Medeiros, que compõe a Comissão do PT de Minas Gerais; o Deputado Federal Orlando Fantazzini, de São Paulo; o Deputado Federal Pastor Reinaldo, do PTB, do Rio Grande do Sul; o Sr. Luís Antônio Araújo, engenheiro agrônomo da FUNAI, neste ato representando o Sr. Ariovaldo José dos Santos; o Cacique Alexandre Tsereptsé; o Sr. Pedro Corrêa da Costa, Superintendente da Polícia Federal; a Sr^a Maristela Souza Torres, da equipe de coordenadoria do Conselho Indigenista Missionário; e o Deputado Juliano Jorge.

Registramos a presença do Sr. Carlos Caetano, assessor, representando, neste ato, a Secretária de Trabalho, Emprego e Cidadania, Sr^a Terezinha Maggi; da Sr^a Zileide Luci dos Santos, representando a Secretária de Educação, Ana Carla Muniz; do Sr. Mateus Afonso Medeiros, assessor legislativo, em Brasília; da Sr^a Zilá Faria, presidente de associação; do Sr. João Santini, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa; do Sr. Eduardo Alves Ferreira Neto, assessor da FAMATO; da Sr^a Terezinha Furtado de Mendonça, assessora da SEDUC; da Sr^a Sueli Tomaz, professora da SEDUC; da Irmã Ada, da Pastoral da Criança Indígena; da Irmã Irene de Souza Carvalho, da Pastoral da Criança Indígena; do Sr. Layson Jair Nascimento, da equipe de Coordenação Estadual da Pastoral da Criança; do Sr. Luís Anildo, empresário e produtor de Água Boa; da Sr^a Nívia Miglioli, Coordenadora Adjunta de Assuntos Indígenas da FAMATO; do Sr. Raimundo Carlos Arruda, da equipe de Coordenação do Conselho Indígena; da Sr^a Edina Franco de Moraes, Secretária do Conselho Indigenista Missionário; da Sr^a Maria Rosinete, membro do Conselho Indigenista Missionário; da Sr^a Carmem Maria, da FAMATO; do Sr. José Geraldo de Carvalho, Presidente dos Produtores Rurais de Água Boa; do Sr. Roberto Zanone, Coordenador da Campanha Questão Indígena, de Primavera do Leste; do Sr. Joelson Brito, Coordenador da Campanha; do Sr. Sérgio Machnic, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Primavera do Leste; da Sr^a Luzia de Lourdes Severo, Secretária Municipal de Educação, de Primavera do Leste; da Sr^a Terezinha Staute Costa, da Associação de Produtores Rurais; do Sr. Delir Pezzini, Sindicato Patronal de Água Boa; do Sr. Reinam Araújo, Chefe de Policiamento da Polícia Rodoviária Federal; do Sr. Waldemar Dezewa, de Primavera do Leste; do Sr. Orencey Francisco, neste ato, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Sr. Antonimar Marinho dos Santos, Diretor de Pesquisa da EMPAER; do Sr. Luís, engenheiro agrônomo de Primavera do Leste; da Sr^a Dalva Medeiros, Coordenadora do Movimento Sem-Terra; do Sr. Nelson Borges, representando o Deputado Federal Carlos Abicalil; do Mestre Mário, do CIMI, Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso; da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Sr^a Marcilene Pires de Moraes, do Movimento Sem-Terra; da Sr^a Maria Benvinda, do escritório da Senadora Serys Slhessarenko; da Sr^a Glória Maria Munhoz, Coordenadora do Grupo de Saúde Popular; do Sr. Sérgio Soares, do MST.

Gostaríamos de observar que, caso haja interessados na platéia em interpelar os integrantes da Mesa ou em se pronunciar, poderão fazê-los com prévia inscrição junto ao Cerimonial, restritamente sobre o assunto, conforme preceitua o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso. O interpelado disporá de três minutos para sua resposta.

Comunico aos ilustres palestrantes que dispõem de dez minutos para suas explanações, conforme preceitua o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Com a palavra, o Deputado Federal Orlando Fantazzini, que hoje coordena a caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI - Boa-noite a todos.

Cumprimento o Deputado Mauro Savi, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, e o Deputado Ságuas, membro da Comissão.

Desde já, faço um agradecimento todo especial ao Deputado Ságuas, porque quando solicitamos que fosse apresentado um requerimento no sentido de possibilitar que estivéssemos aqui hoje fazendo este diálogo, ele o fez. Estendo esses agradecimentos a toda a Comissão de Direitos Humanos, especialmente ao Presidente, que não poupou qualquer esforço no sentido de que a pretensão do Deputado Ságuas fosse aprovada.

Cumprimento todos os membros da Mesa, na pessoa do Cacique Alexandre Tserpe, com quem hoje já tivemos o prazer de manter um amplo diálogo.

Gostaríamos de esclarecer quais são os objetivos da caravana da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal surgiu em 1995 e, desde então, tem se preocupado em atuar diretamente nas questões relativas aos direitos humanos e, acima de tudo, nas questões que possam garantir a dignidade humana e a vida.

Essa é a sexta caravana que a Comissão está realizando. Fizemos uma caravana para discutir a problemática manicomial do País, uma caravana para discutir a problemática do sistema penitenciário, uma outra caravana que teve por pretensão discutir a problemática das Unidades de Internação de Adolescentes, mais conhecida como a FEBEM, uma caravana para discutir a situação dos asilos no Brasil, uma caravana para verificar a exploração sexual infantil, e agora, essa caravana para discutir a situação da nação indígena em nosso País.

Essas caravanas têm por objetivos, acima de tudo, ouvir e se fazer presentes nos locais onde a problemática está instalada, ouvir os relatos, fazer constatações e, ao final, apresentar um relatório à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Esse relatório, com a sua conseqüente aprovação, receberá os desdobramentos necessários, que vai desde a apresentação ao Plenário da Casa e aos órgãos do Executivo, que têm responsabilidades sobre a ação pela qual nós estamos desenvolvendo...

Eu queria recordar que a caravana manicomial possibilitou a lei do Deputado Paulo Delgado, que propunha o fim, a extinção do modelo arcaico de tratamento das pessoas com distúrbios mentais, que era a reclusão dentro de manicômios, propondo um tratamento mais humano, mais digno às pessoas portadoras desses distúrbios. Essa caravana apresentou a todo o País qual era a real situação em que as pessoas se encontravam internadas nesses institutos. Isso possibilitou a aprovação, que nós alterássemos por completo o modelo medieval, que ainda dispúnhamos no País.

No mesmo sentido, a caravana que tratou do tema sobre os asilos apresentou a triste realidade dos idosos em nosso País, de que quando deixados em instituições que se dizem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

instituições de atendimento aos idosos, mas nada mais eram que instituições que se aproveitavam dos recursos de idosos para maltratá-los, desrespeitá-los... Portanto, era imprescindível uma ação da sociedade e do próprio Congresso Nacional para ter aprovado, como assim o foi recentemente, o Estatuto do Idoso em nosso País.

No mesmo sentido, a caravana da exploração sexual infantil, que acabou desembocando uma CPI mista contra a exploração sexual infantil em nosso País. Então, todas as ações que nós temos realizado ao longo desses anos objetivam, acima de tudo, trazer à sociedade o debate de problemáticas que muitas vezes nós nos recusamos a enfrentar, porque são problemas que têm que haver o envolvimento da sociedade, para que juntos possamos encontrar o melhor caminho, a solução.

A situação da nação indígena no Brasil não pode receber tratamento diferenciado. Ela merece toda a atenção. Nós temos uma dívida secular com os povos indígenas. Nós temos uma dívida histórica, cultural com todas as etnias do Brasil. Nós não podemos esquecer em momento algum. E a história é importante, porque a história faz com que nós possamos fazer uma reflexão para, dessa reflexão, podermos reparar erros, males ou danos que porventura tenhamos cometido.

As nações indígenas que muito contribuíram para a nossa própria cultura têm demonstrado uma resistência que é digna de louvor. Ao longo desses mais de quinhentos anos consecutivos de massacre, de discriminação, de preconceitos, ainda assim resistem com muita dignidade. Resistem, porque acreditam serem elas nações, tanto quanto nós somos. Portanto, essa dívida há de ser resgatada. Ainda que não seja possível o resgate integral, nós temos que ter a dignidade de resgatar, ainda que parcial, essa dívida. Nós que nos dizemos civilizados e achamos que o nosso modelo de sociedade é o correto e que os valores éticos e morais nossos devem se impor e suplantam qualquer outro tipo de valor, não podemos nos furtar em momento algum de compreender toda essa situação em que vivem hoje as populações indígenas do nosso País. É dentro dessa perspectiva que povos civilizados, que assim nos entendemos, após duas grandes guerras, se viram na obrigação de construir uma declaração universal dos direitos do ser humano. É nessa perspectiva também que os índios, que são seres humanos, merecem todo amparo por parte desse instrumento internacional, de que o Brasil é signatário. E, portanto, também eles devem e merecem viver com toda dignidade, obviamente respeitada a diferença cultural que existe entre a cultura deles e a cultura nossa, que é a cultura ocidental.

Nós esperamos, com essa caravana que se iniciou ontem na cidade de Campo Grande, onde estivemos visitando a aldeia dos Terena... Em seguida, fizemos uma audiência pública na Assembléia Legislativa. Hoje, aqui estamos. Amanhã, estaremos em Rondônia. Em seguida, iremos a Roraima, de Roraima iremos a Pernambuco, de Pernambuco a Bahia, da Bahia a Santa Catarina e Rio Grande do Sul, finalizando a caravana em São Paulo. Pretendemos finalizá-la até o dia 18 desse mês. Pretendemos ouvir das tribos quais são os problemas maiores que enfrentam hoje, problemas que devem ser tratados e ter resposta imediata, problemas que podem ainda demandar soluções de médio prazo e problemas que podem demandar soluções de maior prazo. E, ao final, nós pretendemos fazer um relatório. Esse relatório conterá não só os reclamos, os anseios e as expectativas dessas nações indígenas, mas também um conjunto de proposituras que entendemos possam colaborar para resolução desse conflito.

Eu quero aqui, obviamente, afirmar que temos a compreensão de que esses conflitos se dão entre os índios e os não-índios. Tenho a convicção também de que quem provocou esses conflitos não foram os índios, fomos nós, os não-índios, quando aqui chegamos. Aqui chegamos empurrando cada vez mais os índios das suas terras para o interior deste País, obrigando-os a procurarem outras paradas para viver. Mas nós temos também clareza de que aqui se instalou uma sociedade, e essa sociedade é composta por seres humanos que são detentores de direitos, que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

são detentores também da dignidade humana. É nessa perspectiva que o nosso trabalho se desenvolve.

A Comissão de Direitos Humanos, nesse curto espaço de tempo, sempre tem trabalhado no sentido de buscar o diálogo. Nós acreditamos que a única forma de solucionar conflito é o diálogo. E nós temos vários exemplos. Aqueles que não admitem, que não aceitam o diálogo, podem se espelhar em exemplos de outros países, inclusive com o poderio bélico e militar sem igual. É só olhar o que está acontecendo aos Estados Unidos, que invadiram um pequeno país, o Iraque, e que hoje pagam um alto preço, muitas vidas americanas sendo perdidas e não conseguem sequer o controle. A violência não resolve nenhum problema, ao contrário, agrava, amplia conflitos, por isso nós apostamos na resolução de todo e qualquer conflito através do diálogo. Esse diálogo obviamente tem que estar representado por todos os setores e todas as partes interessadas.

Então, para concluir, eu quero reafirmar para vocês que nós estamos aqui muito mais para ouvir do que para falar. Nós estamos percorrendo e vamos percorrer ainda o restante deste País, buscando uma melhor compreensão do quadro, da situação, e não vamos emitir nenhuma opinião sem ter um conhecimento de causa, sem que nós tenhamos um juízo de valor solidificado. Queremos apelar a todos, aos índios e aos não-índios, que abandonemos toda e qualquer ação que não seja a da construção do diálogo.

A Comissão de Direitos Humanos está se colocando num momento histórico neste País, porque até então todos os conflitos foram tratados entre Poder Executivo e as partes do conflito. O máximo que o Legislativo Federal se propôs a fazer até então foi dentro dessas tratativas, ou dessas mediações de conflitos, de Executivo e as partes conflituosas, aprovar legislações que, segundo as partes, sinalizavam que poderiam contribuir para a resolução do conflito.

Então, desta vez nós estamos participando diretamente, envolvendo-nos diretamente com os conflitos. A partir deles, nós queremos construir as alternativas. Então, fica aqui o nosso apelo para toda sociedade indígena e a sociedade não indígena, para que nós não agravemos ainda mais o conflito que se arrasta de forma secular. Aquilo que nós desejamos para nós, ou seja, que as pessoas possam se colocar no nosso lugar e entender os nossos problemas, que também o façamos. Aqueles que esperam que os outros sejam com eles tolerantes, que também sejam tolerantes com os outros; aqueles que acham que têm o direito de ter paz, que também possibilitem a paz para os outros; aqueles que acreditam que é possível construir uma sociedade justa, solidária e fraterna, que estendam a mão a seu semelhante, porque juntos temos todas as condições de construí-lo.

Então, eu agradeço mais uma vez a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, nas pessoas dos Deputados Mauro Savi e Ságuas, por esta oportunidade.

Em especial, deixo um agradecimento à nação Xavante que, de forma muito respeitosa, de forma muito acolhedora, no dia de hoje, nos recebeu e nos possibilitou, ainda que num curto espaço de tempo, ter esse contato. O pouco tempo fez com que saíssemos com uma riqueza muito grande, no sentido de conhecermos a real situação em que o povo Xavante vive hoje.

Eu agradeço a presença de todos. Espero que juntos possamos construir essa alternativa, tão desejada ao longo dos anos, que é a possibilidade de viver sem preconceito, sem discriminação, de forma irmanada, a nação indígena e a nação brasileira não indígena. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Concedo a palavra à Sr^a Maristela Souza Torres, da equipe de Coordenadoria do Conselho Indigenista Missionário.

A SR^a MARISTELA SOUZA TORRES - Boa-noite a todos!

Eu gostaria de agradecer todos os Deputados que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, como da Assembléia Legislativa deste Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Para nós, do Conselho Indigenista Missionário, esse é um momento muito importante, em que a caravana passa pelo nosso Estado, para levantar as problemáticas que estão acontecendo em nosso Estado com relação aos povos indígenas.

Nós elaboramos, junto com o Ministério Público Federal, um relatório, inserindo todas as questões referentes às terras indígenas de Mato Grosso. Colocamos nesse relatório os problemas, os pedidos de revisão de limite, de ampliação de área, dos povos Kayabi e Apiaká, das áreas do Pontal e do Batelão. Colocamos também os processos de reivindicação do povo Rikbaktsa, sobre todas as tentativas de assédio de madeireiro, de garimpeiros, para exploração dos recursos naturais da área desse povo. Inserimos também no relatório as questões da terra dos Cinta Larga, que é referente à exploração dos recursos naturais, minérios e madeiras. Também estão colocados no relatório os processos de pedido de suspensão dos grandes projetos que atingem as áreas indígenas, os projetos de construção de hidrovias e de ferrovias que cortam, que passam dentro das terras e que afetam, tanto as terras quanto os rios nessas áreas. Também foi inserida a questão da terra do povo Xavante da área de Sangradouro e Volta Grande.

Outras questões que foram inseridas no relatório são questões referentes à saúde, porque nós estendemos que a violência contra os povos indígenas não está somente ligada à questão da terra, está ligada também às questões de saúde, principalmente porque vivemos hoje um momento em que a saúde dos povos indígenas está gravemente ameaçada, altamente ameaçada. Então, foram inseridos todos os pedidos dos povos indígenas, todas as ações deram entrada no Ministério Público Federal e as denúncias foram feitas, tanto no Conselho Indigenista Missionário quanto no Ministério Público e na Polícia Federal.

Na tentativa de resolver essas problemáticas referentes aos povos indígenas, nós inserimos também todos os processos que deram entrada no Ministério Público sobre violência ligada à questão da discriminação, do preconceito com relação aos povos indígenas neste Estado. Eu poderia ficar aqui meia hora relatando processos sobre essas questões de racismo, preconceito que acontecem em hospitais, em casa de saúde.

Nós estamos entregando, junto com esse relatório, cópias de documentos que foram elaborados pelos povos indígenas num Fórum de Saúde, que discutiu a questão da saúde e da terra. Estamos inserindo também uma cópia de um documento que foi elaborado num encontro de mulheres indígenas do Estado de Mato Grosso, que aconteceu, na semana passada, na área do rio dos Peixes, dos povos Kayabi, Apiaká e Munduruku.

Então, nesse sentido, achamos de extrema importância o trabalho dessa Comissão. Por quê? Porque esse trabalho de levantar todos esses processos referentes à violência contra os povos indígenas, elaborar um relatório e procurar junto aos órgãos competentes, junto ao Governo Federal, junto ao Ministério da Justiça, junto à Presidência da FUNAI, junto à Comissão de Direitos Humanos deste País... Eu acredito até que esse documento poderá ser enviado para outros países que têm interesse em ajudar a resolver, a pressionar o Governo brasileiro, para que tenha o olhar voltado, com respeito, para esses povos deste País.

Então, é nesse sentido que agradecemos o trabalho da Comissão. O Conselho Indigenista Missionário não mediu esforços para apoiar o trabalho da Comissão de Direitos Humanos no Estado, principalmente fazendo, junto com o Ministério Público Federal, esse relatório que estamos entregando à Comissão.

Eu gostaria de agradecer, mais uma vez, o trabalho do Deputado Mauro Savi, do Deputado Ságuas e dos Deputados que fazem parte da caravana que veio ao nosso Estado.

Hoje fomos à área do Sangradouro, discutir com o povo Xavante as questões referentes àquele povo. Entendemos que é uma situação bastante delicada, bastante complicada, principalmente porque estamos discutindo com a comunidade. Depois o cacique vai colocar a sua

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

posição. Mas o Conselho Indigenista Missionário entende que é uma questão em que todos os povos têm que ser ouvidos, todo o povo das aldeias da área do Sangradouro, porque é uma questão em que o povo Xavante está reivindicando um processo de implantação de um projeto para plantio de mandioca, arroz, milho, feijão, enfim, plantio de alimentos para auto-sustentação do povo. Entendemos que todas as ações que sejam para benefício do povo, para gerar alimentação para o povo, são bem vindas, porém esses projetos têm que ser bastante discutidos. Temos uma legislação brasileira, uma Constituição Federal, temos as leis que protegem os direitos dos povos indígenas, então, esses processos têm que ser feitos baseados nessas leis. Era só isso que gostaria de colocar. Agradeço a participação de todos. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Com a palavra, o Sr. Luiz Antônio Araújo, engenheiro agrônomo da FUNAI, neste ato representando o Sr. Ariovaldo José dos Santos.

O SR. LUIZ ANTÔNIO ARAÚJO - Boa-noite a todos.

A questão fundiária da FUNAI tem causado muita preocupação dentro do Estado e nos municípios, mas quero deixar bem claro a todos os senhores que qualquer estudo de revisão de área não parte da FUNAI, parte dos pedidos das comunidades indígenas. Existe uma falta de entendimento por parte de alguns que acham que esses reestudos de áreas indígenas são feitos a pedido de alguma entidade, de algumas ONGs ou de algumas ONGs internacionais, e não são.

Quando a FUNAI vai fazer um estudo de reivindicação de uma área, ela faz em função dos pedidos das comunidades indígenas. As comunidades indígenas fazem as suas reivindicações junto à FUNAI. A FUNAI, através disso, toma as providências cabíveis.

Nós temos alguns problemas de reestudo de áreas que foram demarcadas sem ter os estudos antropológicos. Na época militar, foi demarcada a área e, até hoje, nós estamos com esse grande problema de conflitos indígenas. Tendo em vista que muitas áreas foram demarcadas, às vezes sem nem os índios saberem, mas foi na época militar, então, teve esse problema, que hoje é isso aí, é aquela história do alicerce que não foi bem feito e vai ruir um dia. Então, hoje estão pipocando esses problemas de áreas indígenas em Mato Grosso.

Outra questão, existem algumas áreas indígenas em estudo em Mato Grosso, são áreas de estudo que foram deixadas para trás e que hoje os índios reivindicam. Então, a FUNAI está correndo em cima desse trabalho.

Tem muitas áreas que ainda estão em estudo. Aqui em Mato Grosso existe uma diversidade, existe índio aculturado e existe índio que ainda não foi contactado. Então, nós temos essa diversidade toda no Estado. Com isso, nós temos esses conflitos todos nas áreas dos Xavante, em função de que as áreas foram demarcadas sem os estudos antropológicos na época. Agora, hoje se faz um estudo dentro das reivindicações indígenas, dos conflitos que vêm ocorrendo nas comunidades, tanto na região de Água Boa quanto na região de Primavera, na região de Canarana.

Existem conflitos também em que o Estado tem responsabilidades. Nós temos Jarudori que é uma área indígena decretada, homologada, regularizada, e os índios não podem ocupar, porque está sendo ocupada pelos não-índios. Então, esse é um outro problema. Nós temos problemas também na área indígena Batelão, no Município de Tabaporã, de onde sumiu um índio e até hoje não se sabe por quê. Justamente, nessa questão da área indígena, nós temos problemas seriíssimos hoje também em função dos madeireiros. Os madeireiros estão invadindo as áreas indígenas, co-habitando com os índios, porque os índios não saem na cidade ou vão às madeiras vender madeira. O problema é que os madeireiros vão lá e oferecem as benesses para os índios. Então, esse é o grande problema que nós temos hoje de invasão de área indígena, e em função de quê? Em função de garimpo, de ouro, de palmito, da madeira. Então, nós temos hoje em cima de área indígena esse grande problema. Esse é um dos problemas que nós temos hoje nas áreas indígenas do Mato Grosso, que, na verdade, precisa ser revisto também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Temos algumas áreas em estudo em Mato Grosso que estão para ser publicadas, outras já foram publicadas, e se encontram, hoje, sendo contestadas pela sociedade envolvente. Eu acho que um grande problema dos municípios é que aqui no Estado de Mato Grosso nós temos o ICMS Ecológico. Os municípios que têm áreas indígenas recebem em função disso e muitos deles não têm falado para os índios que existe esse dinheiro, que é repassado devido às comunidades indígenas. O que está faltando às vezes nos grandes conflitos nesses municípios gira em função disso, é porque os municípios também não se aproximam das comunidades indígenas. Então, esse é um dos grandes problemas que nós temos aqui no Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (MAURO SAVI) - Convido o Deputado Ságua para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO SÁGUAS ASSUME A DIREÇÃO DOS TRABALHOS, ÀS 20:30 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Quero convidar para compor a Mesa a Vereadora Enelinda Scalla, Vereadora do Partido dos Trabalhadores aqui da Capital. (PALMAS).

Vamos passar a palavra ao Cacique Alexandre Tsereptsé, para fazer a sua exposição.

O SR. ALEXANDRE TSEREPTSÉ - Boa-noite a todos.

Eu venho pessoalmente me apresentar a todos. Junto com os Deputados Federais de Brasília e os Deputados de Cuiabá, duas pessoas vieram, foram apresentadas a tantos lá na aldeia Sangradouro, receberam as pessoas, junto com o povo, com a comunidade, e ficaram ouvindo, escutando para saberem essas coisas que estão acontecendo no ano de 2003, o que já aconteceu. Esses acontecimentos são coisas sérias, são coisas mais graves, muito pior do que está acontecendo. Aconteceu no dia 02 de abril, procurando, percorrendo a Fazenda Sonho Dourado, veio o Sr. Manique socorrendo, para ajudar e acompanhar... Não sei de nada dessas coisas que aconteceram. Aconteceu que o meu irmão mais velho... Então, por causa disso estamos batalhando e percorrendo aqui em Cuiabá, fazendo contatos com a Dr^a Agda, Procuradora da República, sabendo com todos ouvindo, escutando... Aqui tenho conhecidos, a Irmã Ada, o Mestre Mário está aqui. Perguntamos a cada vizinho do fazendeiro, com respeito.

Depois disso, no ano de 2003, aconteceu com o meu irmão mais velho. A gente luta, batalha, faz um pouco de conflito com fazendeiro. Agora, como o Sergio Machnic conhece, sempre nós fazemos um conflito maior ao aparecer na fazenda, porque mataram uma vida nossa. Assim mudou a nossa idéia. Por causa disso, fizemos correndo um pedido a Brasília, para demarcação dessa terra, e continuamos a batalhar. Mas atrasou, como hoje falei na presença do Mestre Mário: senhor, a pessoa, o grupo do CIMI atrasa, a FUNAI também não está percorrendo, atrasa e mais tarde, depois, ele se mexe, atrasa o GT, fica tudo atrasado. Então, 90 dias depois que prometeram, renunciei. Não deve sair a demarcação dessa área. Renunciei com toda a comunidade. A primeira coisa que fiz foi responder ao sobrinho, como respondi a todos: não deve demarcar, porque o órgão do Governo Federal, a FUNAI, não está de acordo, nenhum desses três grupos, eles só ouvem, escutam e tapeiam os índios. É normal viver em paz com os índios, vai-se batendo nas costas dos índios, acariciando, gostando, mas isso não é... Isso é engano.

Fiz essa proposta, renunciei, para não demarcar. Prometi na presença do Governador Blairo Maggi. Depois, prometi na presença do Superintendente da Polícia Federal. Todos esses grupos ouvem e escutam, mas não devem demarcar, senão os índios morrerão. Muitos fazendeiros estão preparados. Pode sair morte dos povos indígenas, mas pode sair morte dos fazendeiros também. Tenho coragem para fazer guerra, como Sadam Hussein fez. Tenho coragem para enfrentar e brigar com fazendeiro.

Então, eu examinei minha consciência: vamos renunciar. Não deve demarcar. Nós precisamos viver em paz. Isso o Governador escutou e gostou. No dia 29 de agosto, o Governador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

apareceu lá. Trouxe paz para mim e para todas as comunidades viverem em paz. Vamos fazer aliança. Vamos apoiar esse projeto, fazer uma parceria, porque os índios não devem viver sem comer, sem fartura, sem mantimento, porque os índios morrem, aparecem doenças, dá vômito e dá diarreia. Gostei do que o Governador respondeu, esclarecendo para todos os povos indígenas... Respondi: Certo. Estou esperando. A sua proposta, tem que fazer. Não pode só prometer, tem que cumprir a proposta. “Sim, eu vou cumprir”. Por isso, é bom fazer parceria, para os índios não morrerem de fome. Os índios têm que viver junto com os vizinhos da cidade de Primavera, têm que viver em paz, encontrar todos os companheiros em paz, encontrar os vizinhos da fazenda em paz. Vamos viver em paz. É isso que nós queremos (PALMAS). É isso que nós queremos.

Se fosse correndo, o grupo do CIMI, para demarcar, eu concordaria. Se fosse correndo, a FUNAI, para demarcar, eu concordaria. Se fosse correndo para demarcar, na hora, eu concordaria, mas atrasou. Apareceu, chegou a comunicação... Toda noite, todo dia, é essa violência. “Alexandre vai desaparecer! Vamos matar!” Esse pronunciamento responde palavra dos fazendeiros. Antes disso, sobrinho, toda família, falou: “Vamos renunciar a terra”. Vamos! Eu renuncio. Renunciei, agora estou esperando a proposta do Governo, que ele levou para a aldeia, para o nosso meio. Cumprir. Tem que cumprir com essa palavra, mas não devem fazer barreiras, como algumas pessoas da FUNAI que não gostaram. A ONG é contra. Essa ONG, pelo pouco tempo que foi criada, quer receber às custas dos índios especialmente. O antropólogo, a mesma coisa. Quem não está de acordo não se esforça pela demarcação da terra para os índios. Então, renunciei. Não pode fazer mais demarcação da terra. Comunidade quer fartura, mantimento, filhos com barriga cheia, para não morrer de fome, não aparecer mais febre, vômito. Então, nós, índios, vamos trabalhar. O Governo tem que dar essa máquina para trabalharmos (PALMAS). Enquanto esperamos, trabalhamos manualmente, com a enxada. Trabalhamos, mas rende pouco. Então, nós precisamos da máquina. Todos os nossos vizinhos estão de acordo, vão acompanhar o trabalho, colher junto com o Xavante. Vamos viver juntos, com os fazendeiros, a paz. O que o Governador entregou, esclareceu para mim, toda a comunidade está esperando essa proposta. Eu venho buscar isso junto aos Deputados Federais e aos Deputados Estaduais, venho contar essa novidade, para eles saberem o que aconteceu na área do Sangradouro.

Então, eu esclareci a todos essa proposta do Governo, que assinou o documento no meio da aldeia, até o substituto do Ministério da Justiça assinou na frente de todo o grupo. Esperamos que apareça alguma coisa para os índios viverem juntos, viverem em paz, através da proposta que o Governo deu, deixou no meio da aldeia. Ele falou e ele não pode tampar, tem que ser aberto esse caminho proposto. Tem que ser sincero e correto. É isso que nós estamos esperando.

Por causa do atraso, da demora, do tempo, eu renunciei. Quase demarcaram a terra. Então, mudou. Agora, é preciso parceria para ter fartura de mantimentos para os índios não viverem prejudicados. Índios trabalham, mas não têm terra. Terra é para usufruto. Para nós, não é só para vivermos em cima, à toa. Tem gente que fala que é terra da União, terra da União. Mas, quem estava primeiro aqui no mundo do Papai Grande? Os índios. Índio é original, é a origem do brasileiro. Eles viviam em cima da terra, depois veio o descendente, que é o cidadão europeu. Isso tem que se saber. Não tem nada de terra da União, é dos índios originalmente, porque foram os primeiros a existirem aqui, em cima da terra do território do Brasil. Tem que se saber tudo isso. Nós não falamos, não pensamos em fazer conflito, em fazer guerra, não. Primeiro, tem que respeitar. Você tem que respeitar o indígena, tem que agradecer o indígena pela sua riqueza. Que se tenha fartura, que se mande essa sua fartura para o europeu, que se receba essa grana através de sua riqueza, mas que se mantenha o europeu para lá. É a mesma coisa, nós precisamos da proposta do Governo. Nós precisamos trabalhar. É preciso esclarecer bem. Vamos viver juntos a paz aqui em Mato Grosso. Muito obrigado (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu gostaria de convidar para compor a Mesa o Professor Idevar José Sardinha, Superintendente e Ouvidor de Políticas Indígenas de Mato Grosso, e a Deputada Verinha Araújo.

Vamos passar agora para as falas dos inscritos. Alerto que temos 13 oradores inscritos. Pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa, o tempo de uso da palavra para os expositores é de dez minutos, porém para os inscritos o tempo é de três minutos. Procurarei ser o mais rigoroso possível, porque senão perderemos a possibilidade de, ao final, fazermos a conclusão desta audiência.

Com a palavra, a Sr^a Carmem Maria Castaldo, Coordenadora de Assuntos Indígenas da FAMATO, que dispõe de três minutos.

A SR^a CARMEM MARIA CASTALDO - Boa-noite a todos.

Na pessoa do Cacique Alexandre Tsereptsé, cumprimento a Mesa e cumprimento a platéia.

Há três anos, ocupei pela primeira vez este local para fazer um pronunciamento em nome da Federação de Agricultura do Estado de Mato Grosso, classe a qual pertenço e da qual venho, desde o meu nascimento. Minha origem é da terra, da terra eu vivo e da terra viverei até o último dia da minha vida. Falo em nome da Federação e, em nome da Federação, pronuncio-me que nunca queremos e não desejamos manter conflito com qualquer um dos povos indígenas estabelecidos no Estado de Mato Grosso. Queremos viver em paz com nossos irmãos, produtores como são, pessoas que vivem do que a terra produz, como todo e qualquer ser vivente na face da terra, porque ninguém pode se orgulhar em dizer: eu não preciso e não vivo do que a terra dá. Nós vivemos somente pela graça de Deus Pai Todo Poderoso e pelo que a terra nos fornece. Sem que a terra produzisse alimento, nós não estaríamos aqui nem falando e muito menos ouvindo.

Devido ao meu trabalho de conscientização da classe produtora, fui convidada a participar do Governo Blairo Maggi e acompanhei, desde o princípio, todo o conflito do Sangradouro, em Volta Grande, que em 02 de abril desapareceu o índio, irmão do Cacique Alexandre. Nós, membro do Governo, e os índios permanecemos durante vinte e oito dias com a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal, a Polícia Civil à procura do irmão do Cacique Alexandre. Infelizmente, todas as tentativas foram... Nessas tentativas, foram ocupadas aeronaves, em torno de mais de duzentas horas de voo com o helicóptero da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, na busca do corpo do irmão do Cacique Alexandre. Infelizmente, as tentativas foram frutadas. Não obtivemos êxito nessa procura. E dessa interação pela busca do irmão do Cacique Alexandre, nasceu o desejo de estabelecer com a comunidade de produtores de Primavera do Leste uma convivência pacífica e amigável. A comunidade produtora se dispôs e criou uma associação, da qual eu vou deixar de falar porque o Sérgio deve relatar sobre ela depois.

E nós continuamos na Federação da Agricultura, Deputado Ságuas, eu vou ocupar mais um pouco do espaço, querendo não ao conflito.

Quero responder uma questão que foi citada de Tabaporã, o índio Kayabi que sumiu não reside na reserva de Tabaporã. Em Tabaporã não existe índio. Ele desapareceu da Reserva Apiaká/Kayabi do Município de Juara, onde ele estava residindo.

Eu me desculpo pelo tempo, teria mais o que falar, mas infelizmente é só isso.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Nós temos que ser rigorosos no horário, por conta do número de inscritos e pelo adiantado da hora.

O próximo inscrito é o Sr. Luiz Néri Ribas, engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Primavera do Leste.

O SR. LUIZ NÉRI RIBAS - Boa-noite à Mesa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Quero fazer um relato bastante simples. Nós participamos, durante dois dias, a convite do Governo do Estado de Mato Grosso, do Primeiro Encontro de Secretários Municipais de Agricultura, em que o Estado estava todo representado pelas suas lideranças dessa área. Lá relatamos a questão indígena ocorrida em Primavera do Leste e região e buscamos, da forma agrônômica e tecnicamente correta e adequada, incorporar a comunidade indígena nesse processo de produção.

Então, discutimos. Estava conosco o Secretário Nacional de Agricultura Familiar, Dr. Valter Bianchini. Oportunamente discutimos essa questão. Então, nós sentimos que a comunidade indígena deve ter vontade de participar na área de produção, na área de sustentabilidade da sua comunidade, através de arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar. E nós, através das Prefeituras de Primavera do Leste, de Poxoréo, de Santo Antônio do Leste, de Novo São Joaquim, de General Carneiro, participamos, juntos com os produtores dessa região, através dessa associação, de um projeto, de um plano, em que as comunidades indígenas, especialmente Sangradouro e Volta Grande, se enquadram como produção de subsistência. Disse bem o Governador na audiência, que a comunidade indígena é uma ilha de pobreza e miséria ladeada por fartura e progresso.

Então, nós queremos que os irmãos índios, o Cacique Alexandre, o Prefeito Érico Piana que está sempre em parceria com a comunidade, tenham essa condição de participar com a comunidade produtora, tenham essa integração na produção. Nós vimos que essa é a saída, que foi nesses dois dias de encontro muito discutida e devidamente referenciada.

Então, nosso depoimento é esse. Espero que seja levado, se os senhores tiveram oportunidade de estar na aldeia hoje, que está no Município de Poxoréo, mas o pessoal procura por Primavera do Leste em função de a unidade da FUNAI estar lá também e ter sempre todo o respaldo do Município de Primavera do Leste. Nós vemos que aí é a sustentabilidade da comunidade está na produção de forma adequada e sustentável. Nós nos comprometemos, através da classe agrônômica e dos produtores rurais, a participar dessa forma. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - O próximo inscrito é o Sr. Roberto Zanoni, Coordenador da Campanha Questão Indígena de Primavera do Leste.

O SR. ROBERTO ZANONI - Boa-noite a todos os componentes da Mesa e aos participantes.

Eu gostaria, na verdade, de fazer uma pergunta ao Deputado Orlando. Ele citou que a sociedade brasileira tem uma dívida para com os povos indígenas. Eu gostaria de saber se ele tem alguma idéia de que forma poderíamos pagar essa dívida que temos com os povos indígenas.

Eu já participei de outras reuniões e parece-me que todos que tocam nesse sentido têm a idéia de que o pagamento para com esses povos indígenas seria feito devolvendo-lhes a terra. Nesse sentido, orchestra-se em todo País uma expansão de áreas indígenas, um aumento de áreas indígenas. Eu vivo às margens de uma reserva indígena há mais de vinte e dois anos e nunca tive problema nenhum. Eu também tinha pouco conhecimento do que se passava dentro de uma reserva indígena. Através de todos esses problemas que aconteceram, nós começamos a estreitar os laços, começamos ver que o índio estava sendo assediado por vários povos que chegavam. Em Primavera, chegam grupos estrangeiros, vão lá visitar as aldeias, e nós que estamos ali perto não conhecemos o que se passa dentro dessas reservas. Através desses problemas, nós começamos a ter um pouco mais de conhecimento do que se passava lá dentro.

Realmente, a situação é muito precária. Nós sabemos que o índio está morrendo de fome, não tem assistência médica, não tem... Fala-se só em dar terra, por que não se fala em dar comida, em dar condições de sobrevivência para o índio? E outra, se devemos devolver a terra, ou pagar essa dívida, ou ampliar essas reservas, por que as pessoas que estão em torno dessas reservas vão ampliando... Eu, no caso, como produtor, tenho a minha propriedade limítrofe com as reservas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

indígenas. Pelo que sei, de acordo com a lei que aí está, eu vou perder a minha propriedade, não terei direito a ressarcimento nenhum. Comprei isso aí, o Governo vendeu-me essa propriedade e, agora, só eu que vou pagar? O outro que está mais longe talvez vá pagar, mas daqui a uns dias. Seria dessa forma talvez que nós deveríamos pagar essa dívida com os índios? Não seria, então, no caso, toda sociedade? Então, tudo bem! Quer ampliar? Então, vamos comprar terra do proprietário, porque aí seria toda a sociedade brasileira que iria pagar... Eu faço esse apelo, e aqui temos vários Deputados Federais e Estaduais... Eu acho um absurdo! Eu comecei a ter conhecimento dessa lei e, da forma que ela está, poderemos devolver todo o Brasil aos índios. Eu tenho sangue de índio. Meus antepassados que vieram no início do século passado, que chegaram aqui, eram descendentes de italianos. Hoje, eu não posso voltar para a Europa porque eu não sou europeu, não posso ficar aqui porque não sou índio. Para onde eu vou?

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Vamos deixar as perguntas para serem respondidas ao final, porque tem muitas colocações sem perguntas. Então, ao final responde de uma vez só.

O SR. ROBERTO ZANONI - Então, eu deixo essa questão para a Mesa apreciar, porque nós dependemos dos nossos representantes que nós elegemos. Estamos desamparados. Nós sentimos que numa hora dessa não temos onde recorrer, porque se vamos a Justiça não tem, se procuramos o Congresso não tem. Nós sentimos que estamos sem saída. Esse é o meu depoimento. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Sr. Sérgio Machnic, Presidente da Associação dos Produtores Rurais de Primavera do Leste.

O SR. SÉRGIO MACHNIC - Boa-noite a todos!

Cumprimento todos, na pessoa do Deputado Federal Orlando Fantazzini.

A Associação dos Produtores Rurais de Primavera do Leste, da Grande Primavera, que envolve 09 municípios, nasceu, primeiro, da amizade que nós temos com os índios, da boa convivência desde mil novecentos e oitenta e uns quebrados. Com esse litígio que está acontecendo, nós acabamos descobrindo o seguinte: que o índio não precisa de terra. O índio tem 100 mil hectares de terra, mas está numa ilha de pobreza, como disse o Governador Blairo Maggi. E é verdade. Nós fazendeiros buscamos tecnologia, nós buscamos implementar, nós somos concorrentes hoje de alguns países que não são interessados em nossa produção, e isso está incomodando muita gente. O Brasil precisa tomar conhecimento disso. Essas audiências públicas que o senhor está fazendo são muito importantes. O senhor vai descobrir, ao final disso tudo, que estão querendo tomar o nosso Brasil.

Srs. Deputados Federais, Senadores, que fazem as leis, ou os senhores façam leis severas para serem cumpridas, ou o Brasil daqui a 20 anos não terá mais terra para nós brasileiros vivermos. Nós vamos ser expulsos, como aconteceu no Iraque. Lá eles tomaram o Iraque por causa do petróleo. Aqui já está mapeado o minério, estão mapeadas as reservas de água, está mapeado onde tem aumento de terra para agricultura, ou seja, eles montaram um esquema, o G-8 montou um esquema para tomar o Brasil e a América Latina em pouco tempo. Daqui a 20 anos a nossa água vai valer muito dinheiro. Hoje, 50 países importam água, e o Brasil tem muita água mineral. Ou seja, são ações que são desenvolvidas no mundo, e algumas ONGs, algumas pessoas no Brasil estão sendo usadas e estão usando o índio. O índio, coitado, está lá nas suas terras, não tem condições de sobrevivência porque ele busca na natureza a sua sobrevivência. O meio de sobrevivência dele acabou. Está acabando o peixe, está acabando a caça, ou seja, em volta se abriram fazendas, onde ele vai buscar o dia-a-dia. Se você coloca 100 vacas num pasto e todo dia você mata uma vaca, mata outra vaca e não repõe, aquilo acaba um dia.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

A nossa proposta, da Associação, das Prefeituras que estão todas envolvidas, do Néri que representa a Secretaria de Primavera do Leste, representa a Prefeitura de Primavera do Leste, que é a cidade mais próxima que os índios buscam... Nós buscamos junto ao Governo do Estado, ao Ministério da Justiça, até trouxe uma cópia do protocolo para o delegado, nós buscamos junto aos índios, nós temos conversado com eles para saber qual é o problema. Precisamos ser decentes na vida.

Esse projeto é o seguinte: os agricultores, as prefeituras, ninguém vai ter um quilo de nada. Tudo que vai ser produzido... Nós vamos bancar o projeto, as prefeituras, os agricultores, o sindicato rural, a EMPAER está em todas as reuniões, a FUNAI está participando de todas as reuniões, o Sardinha que está aqui tem freqüentemente ido a Primavera do Leste, o Pedro Paulo da FUNAI tem acompanhado. E aqui eu quero deixar para a Maristela que tudo aquilo que está no projeto foi pedido do índio. Nada foi imposto. Nós fomos conversar com todas as aldeias, com todos representantes, eles elegeram, dos 21 caciques, 03 pessoas para conversar com o Brito, que é o nosso gerente, da associação, com o sindicato.

Nós contratamos um gerente para tocar esse projeto. Os 03 caciques conversaram com o nosso representante e montaram o projeto juntos, que é arroz, milho, mandioca nesse primeiro ano. É um projeto de 05 anos, renovável por mais 05. Nesses 05 anos você vai junto com o índio, trabalhando. Alguns índios vão aprender a trabalhar também, porque alguns já me pediram curso de mecânica junto ao SENAI, outros querem ser técnicos agrícolas, outros querem ser engenheiros agrônomos, tem outros que já querem estudar fora. Eles têm ambição de vida, mas parece que ninguém deu oportunidade. Então, nós vamos abrir essa oportunidade para eles, para terem comida principalmente, porque é o que eles estão querendo. Nesse primeiro momento é arroz, é milho, é mandioca; no segundo momento, ano que vem, é piscicultura, é porco, galinha e pomar. E nesses cinco anos nós vamos desenvolvendo esse projeto para eles e nunca tirar um tostão deles. Sempre nós vamos bancar, porque custa mais barato nós gastarmos um pouco mais porque nós somos vizinhos, somos usineiros, vamos morrer nessa vida e não vamos levar nada. Então, nós precisamos ter amigos, ter bons vizinhos. Nós vamos bancar... Tudo o que for produzido lá dentro será consumido lá dentro. Nós vamos pagar para isso. Há uma equipe de máquinas trabalhando no Sangradouro e tem uma equipe de máquinas trabalhando na aldeia Volta Grande. Os índios estão contentes e nós estamos contentes, porque estamos dando a nossa contribuição social. O índio quer que permaneça a sua cultura? Eu acredito que sim e nós vamos ajudá-los a manter a sua cultura, mas de barriga cheia. De barriga vazia, o cacique Alexandre falou aqui, não consegue, vem doença, uma série de coisas, que acaba atrapalhando. Então, estamos todos envolvidos para manter a cultura do índio, mas, ao mesmo tempo, dar dignidade a ele.

Eu quero entregar nas suas mãos esse protocolo e dizer que estamos à disposição para qualquer esclarecimento (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - O próximo inscrito é o Sr. Geraldo de Carvalho, Presidente da Associação de Produtores Rurais de Água Boa.

O SR. GERALDO DE CARVALHO - Boa-noite à Mesa!

Neste ato, eu represento o primeiro assentamento criado pelo INCRA no Vale do Araguaia. Em 1987, foi criado o PA Martins, no Município de Água Boa, a 140km da sede do município. Ali estão 154 famílias assentadas pelo INCRA, que tomaram posse da terra em 1988. Passaram-se dois anos sem estrada. A medição das parcelas foi por conta dos próprios parceleiros, porque o INCRA não tomou nenhuma iniciativa. Depois, no exercício de 2001, foi montado um projeto, o PAC, que é projeto de desenvolvimento do assentamento, que era para ter sido emancipado no exercício de 2001, com recursos do BID. Quando foi anunciada pela empreendedora social do INCRA a implantação do projeto naquele assentamento, chegou um ofício da FUNAI, da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Superintendência do INCRA, em Cuiabá, suspendendo, sobrestando o assentamento. Esse projeto contemplaria toda infra-estrutura básica que o pessoal esperou por treze anos. Depois de treze anos de sofrimento, quando o projeto iria ser implantado, chega de Brasília ofício da FUNAI sobrestando o assentamento. O que aconteceu? Parou tudo. Foi tudo por água abaixo o que aquelas famílias esperaram por treze anos.

Eu só queria dizer o seguinte: a FUNAI, um órgão federal, criado pelo Governo Federal; o INCRA, como órgão federal, na minha posição de agricultor, de gente simples, lá do mato, nós não temos estudo, mas, no meu ponto de vista, não deveria ter feito um assentamento. As famílias foram para lá, no final de 87, e estão até hoje. Depois de treze anos, quando o sonho era para ser realizado com o título da terra e a implantação desse projeto no valor de quarenta e três mil reais por família, sendo que cinquenta por cento desse dinheiro era reembolsável, não teria que ser pago, quando isso ia acontecer, um simples ofício da FUNAI suspendeu tudo. Até hoje, tentamos recorrer... Já fui a Brasília, fui atendido pelo chefe de gabinete da FUNAI, e ele me falou que podia acontecer... Esses estudos são concluídos em três fases, estão parados na metade da primeira, pode levar um ano, dois anos, cinco anos, dez anos para isso ser concluído. E aquele pessoal vai ficar ali, sem amparo de ninguém, não consegue um financiamento do órgão financeiro para comprar um trator, porque a área lá quase toda é de cerrado. Como é que vai produzir o pequeno numa área de cerrado para tirar o sustento da terra? Está igual aos índios nas aldeias. Então, é uma área precária do primeiro assentamento... Esse é o PA Martins, no Município de Água Boa, a 140 km da sede do município.

Eu queria dizer às autoridades presentes para que tomem uma posição. Esta já é a segunda vez que estamos aqui. Não tem como continuar uma vida daquele jeito, um assentamento de um órgão federal e um outro órgão federal sobresta tudo... Não sei o que vai acontecer, não.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Sr. Luiz Anildo da Costa, empresário e produtor rural em Água Boa.

O SR. LUIZ ANILDO DA COSTA - Meus cumprimentos ao Deputado Mauro Savi, pela oportunidade que nos dá de expormos nossas idéias, principalmente, ao Deputado dos direitos humanos do Brasil.

Bom, meus senhores, há muito tempo que se vem discutindo essa problemática índio/branco, ampliação de reservas. Nós chegamos do Sul, compramos terra em Mato Grosso na década de 1959, compramos títulos do Governo do Estado de Mato Grosso. Na época, já existiam índios, vizinhos nossos e sempre vivemos em harmonia com eles. Hoje, por uma simples portaria, porque a Constituição deu poder à FUNAI para expandir área, criou todo esse conflito, criou todo esse sobressalto aos índios e brancos. Muito bem. Disse o cacique: “O grande problema do índio não é terra, o grande problema do índio é fome”. E fome só se combate com produção, produzindo alimentos, não com preservação de terra, não com preservação de milhões e milhões de hectares que só servem para ONGs internacionais que vêm usando o índio para preservar milhões e milhões de hectares de terras.

Nós temos que acabar com isso e só tem poder para acabar com isso os Srs. Deputados Federais, eleitos pelo povo brasileiro. São os senhores que têm poderes para mudar essa lei, que dá poderes à FUNAI para criar toda essa baderna no meio rural entre índios e brancos. Nós sempre vivemos em paz com nossos irmãos índios e queremos, cada vez mais, viver em harmonia com eles.

É isso, Srs. Deputados. Queremos que os senhores levem a Brasília e digam que nós somos imigrantes do Rio Grande do Sul, que desde 1959 temos terra e que, hoje, por causa de uma portaria da FUNAI, estamos sujeitos a sermos enxotados das nossas terras. Isso é justo? Como disse o cidadão de Primavera do Leste: “Só nós produtores que produzimos alimentos no País e

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

pagamos a dívida externa é que temos que pagar a dívida dos índios?” Se alguém tem que pagar dívida com índios é toda a sociedade brasileira, não os produtores, que produzem alimentos e riqueza para este País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Sr. João Santini, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa.

O SR. JOÃO SANTINI - Boa-noite a todos.

Nobres Presidentes das Comissões de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e da Câmara dos Deputados, pessoas nas quais cumprimos toda a Mesa.

Em rápidas palavras, eu gostaria de dizer que o conflito de áreas de terras no Município de Água Boa já acontece há algum tempo. Nós fizemos várias reuniões, o município vem trabalhando, se reunindo com os caciques e lá a conclusão é certa e precisa: índio não quer aumento de reserva de terra, não quer demarcação de terra, ele quer produzir, quer ter dignidade.

Gostaria de aproveitar a oportunidade, Srs. Deputados, para deixar esclarecidas algumas questões. Primeiramente, no Município de Água Boa hoje se realiza um projeto piloto na Reserva dos Areões, com 60 hectares de experimento com o plantio de arroz, onde os produtores já estão preparando a terra e vão plantar para os índios terem alimento, o arroz. Esse é um primeiro passo. Mas a dignidade dos índios passa por alguns fatores, não só apenas pela demarcação de terras, como muito bem foi colocado pelos meus antecessores. Não somos nós, homens brancos, que migramos de outras partes do País que vamos ter que resgatar a dívida com o índio. Aqui fica a pergunta, Srs. Deputados: quem vai pagar a dívida que vamos adquirir, se as nossas terras forem repassadas aos índios?

Primeiro passo, a FUNAI, as organizações não governamentais, não citando o nome de nenhuma, as entidades que defendem os direitos dos índios precisam ter consciência.

A burocracia e os tecnocratas são extremamente necessários a este País, mas a agilidade é que mata a fome, a produção agrícola é que mata a fome. Mais agilidade é que mata a fome. A produção agrícola é que mata a fome. E aí o Governo Federal tem o Programa Fome Zero, mas é somente com a produção agrícola é que vamos ter Fome Zero neste País.

Os índios precisam de escola, de saúde, de educação, enfim, de tudo o que nós homens brancos temos direitos. Mas para isso, com vários projetos ambiciosos neste País, nós vamos resolver o problema. Os estrangeiros vêm para o nosso País conhecer os nossos índios, e fica a pergunta: qual o índio que recebe algo em troca pela visita em sua aldeia? Talvez um projeto de turismo indigenista daria aos índios respaldo financeiro para começarem a ter dignidade dentro de suas reservas.

Com a produção agrícola, com a demonstração de sua cultura, os índios vão crescer e continuar vivendo em paz com os homens brancos.

Em Água Boa, existem mais de 430 mil hectares de terras em reservas indígenas, entre Reserva do Areões e Reserva Pimentel Barbosa, e estão pretendendo, Srs. Deputados, uma ampliação de mais de duzentos mil hectares. Onde é que vão parar todos os parceiros do INCRA, que o Governo Federal colocou lá em Água Boa?

E aí o problema social, a dívida a ser resgatada por este País vai deixar de ser com os índios Xavante lá de Água Boa, para ser com a população branca, com os menos favorecidos, com os parceiros da reforma agrária. Essas são algumas perguntas, Srs. Deputados.

Eu gostaria que os senhores analisassem com carinho, porque senão vai acontecer inevitavelmente. Como autoridade...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)

O SR. JOÃO SANTINI - Só mais um minuto.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Como autoridade, falo em nome da comunidade de Água Boa. Vai acontecer o inevitável, uma guerra entre branco e índio, e aí vai salvar quem puder. Índio ou branco, vai se salvar aquele que puder. Ninguém vai entregar a terra por nada neste País, de graça, porque custou o suor do meu pai, da minha mãe, dos meus irmãos, dos meus tios, da minha família. Todo e qualquer produtor estaria falando isso aqui, se fosse perder o patrimônio, a ser doado para a população indígena, que nós respeitamos, que nós queremos bem, que nós queremos o melhor, mas sem infringir os nossos direitos. Para isso, a Comissão de Direitos Humanos deve avaliar os direitos indígenas, mas os direitos também daqueles que estão produzindo e trabalhando, o direito de viver de igual teor e forma com os índios. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - A próxima inscrita é a Irmã Ada, da Pastoral da Criança Indígena.

A SR^a ADA - Boa-noite a todos.

Eu quero parabenizar essa reunião.

Eu quero dizer a essa equipe que se diz ser uma caravana, quero só recomendar uma coisa. Eu estou no meio dos indígenas para salvar a vida dos pequenos, das crianças que realmente em muitos lugares são desnutridas. Conheço Alexandre pessoalmente desde 1970. Até ajudei seus filhos a nascerem, alguns deles.

O Sr. Alexandre Tsereptsé - 1969.

A SR^a ADA - Ótimo. Tem razão. 1969.

Eu queria só recomendar a todos vocês uma coisa. É um assunto muito importante. Compreendo todos, até os estrangeiros, porque sou italiana. Vamos tratar desse assunto não só com a presença do querido Alexandre, mas com a presença das trinta e nove etnias que tem Mato Grosso (PALMAS), porque o problema é sério. Eu conheço quase todas as etnias de Mato Grosso. A vida que eu passo é muito fragilizada e nós procuramos que sejam eles o sujeito da própria história. Não somos nós que resolvemos problema de índios (PALMAS).

Só isso. Muita paz mesmo, porque somos todos irmãos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Sr. Antonimar Marinho dos Santos, Diretor de Pesquisa da EMPAER.

O SR. ANTONIMAR MARINHO DOS SANTOS - Boa-noite a todos.

Parabenizo essa ilustre reunião e cumprimento a Mesa e os presentes, na pessoa do Presidente Ságuas.

É um orgulho participarmos dessas discussões, para nós da EMPAER. O problema que aconteceu lá em Primavera do Leste, o nosso Presidente Aréssio Paquer participou desde o início, junto com o Secretário Municipal de Agricultura. O nosso Presidente não pôde estar aqui, porque está em outra reunião e nos determinou que nós colocássemos o índio acima de tudo. Isso é determinação do nosso Governador Blairo Maggi, que nós da EMPAER, na área de ATER, na área de Assistência Técnica e Extensão Rural, déssemos todo o carinho necessário a todos os povos indígenas, não só aos Xavante, mas a todos os povos indígenas que compõem este Estado de Mato Grosso.

Nós gostaríamos de falar que o projeto dos povos Xavante, tanto de Volta Grande como de Sangradouro, já está pronto. É um projeto de produção, feito por todos os participantes, Secretaria Municipal de Agricultura, produtores e os nossos técnicos da EMPAER.

Nós já estamos elaborando uma nova proposta para o Município de Campo Novo do Parecis e às outras etnias que a Irmã Ada se referiu aqui. Aqueles povos indígenas que desejarem ter uma assistência técnica e extensão rural, tecnicamente nós estamos dispostos a oferecer, via Governo do Estado, via Governador Blairo Maggi.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Coloco aqui, Cacique Alexandre, a nossa EMPAER à disposição não só dos povos Xavante, mas de todos os povos indígenas deste Estado de Mato Grosso (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Mestre Mário, do Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso - CIMI/MT.

O SR. MÁRIO - Boa-noite a todos.

Eu sou Mestre Mário. Tenho quatorze anos de vida de aldeia e quatro anos de coordenação do CIMI. Lamento que não estejam os Bororo aqui presentes. Nós pedimos ao Sr. Ariovaldo, se fosse possível, para trazer os Bororo, mas não foi possível. Lamentamos, não foi possível! Por que falo isso? Eu gostaria de falar da questão Bororo, porque eu acho que é o paradoxo da questão indígena de Mato Grosso. Só para os senhores terem conhecimento, Cuiabá era aldeia Bororo. Coxipó, Rondonópolis e Poxoréo são palavras Bororo. Poconé é palavra Bororo. Coxim é palavra Bororo. Enfim, o sul de Mato Grosso era território Bororo.

Mas vamos passar à frente com a história. Foram demarcadas as terras pelo Marechal Rondon, que era filho de mãe Bororo e de um funcionário público. Ele demarcou as terras dos Bororo: demarcou Teresa Cristina, demarcou Jarudori e demarcou Tadarimana, em Rondonópolis. O que aconteceu? O Governo do Estado, Generoso Ponce, Ricardo Corrêa e Pedro Pedrossian, loteou à revelia da lei as terras indígenas. Por exemplo, Teresa Cristina, de 60 mil hectares, ficou 25.

Agora, junto com as lideranças, estamos tentando recuperar, mas não é fácil, porque os senhores estão percebendo a pressão dos porto-uruguaios. Não falo de novas terras, falo de terras demarcadas já.

Hoje, estivemos com o senhor em Sangradouro. Em Sangradouro, não tivemos tempo de falar com os Bororo. Sangradouro é território Bororo desde sempre. Nossos amigos Xavante, o Alexandre está aqui, não me deixa mentir, chegaram em 1957. Foi demarcada a terra dos Xavante. Infelizmente, esqueceram os Bororo, que estão pleiteando há muitos anos a demarcação das terras deles. Em Sangradouro, os Bororo não têm terra.

Falando em Volta Grande, os senhores sabem que na época era para marcar corretamente, mas a pressão dos fazendeiros não permitiu a demarcação correta e gerou aquele problema que os senhores estão conhecendo. Nós estamos falando dos Bororo. De Sangradouro eu já falei.

Em Teresa Cristina, foi feita uma comissão em Brasília, que até hoje não apareceu para atuar. Também foi criado um grupo para Sangradouro, que até hoje não apareceu. Encarregaram-me de fazer um GP junto com a professora sobre o Jarudori. O Jarudori é o paradoxo máximo. Para Jarudori, o Marechal Rondon demarcou 100 mil hectares. Aí Getúlio Vargas, depois os Governos de Mato Grosso, Fernando Corrêa, Generoso Ponce, depois a CODEMAT, o Departamento de Terras de Mato Grosso, eles lotearam tudo! Redemarcaram de 100 mil para 4.706 hectares. Como se não bastasse, permitiram a invasão, porque nem a SPI, nem a FUNAI tomaram providências para impedir essa invasão de terras.

Hoje, Jarudori, terra demarcada, homologada, registrada no Departamento da União - DPU, na Comarca de Poxoréo, está totalmente invadida. Então, nós estamos pleiteando terras novas, mas...

(NESTE MOMENTO, UM PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Um minutinho.

Foram concedidos seis minutos para o Presidente da Câmara de Vereadores, foram concedidos quatro minutos e meio para a representante da FAMATO, e não está sendo tão rígido assim, ainda está em quatro minutos e eu já ia tocar a campainha.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Nós estamos respeitando o tempo e gostaria que o companheiro respeitasse a Mesa, porque nós não estamos podando a palavra das pessoas (PALMAS).

O senhor dispõe de mais um minuto.

O SR. MÁRIO - Eu já termino o meu pronunciamento.

Gostaria de deixar um dossiê de Jaridori para os senhores.

Eu posso testemunhar para os senhores que em 04 anos, como Coordenador do CIMI, assisti a madeireiro com metralhadora colocando índio em cima de caminhões, tirando toras, em Comodoro. Processamos Copermaier, Simionato, Bronsck, porque só tiravam madeiras de área indígena. Mandaram matar o cacique Pedro Manarissu, eu acho que o Luiz o conhece muito bem. Pegaram os índios de uma outra área para matar o Pedro Manarissu do Vale do Guaporé, para poder tirar madeira, e assim por diante...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA.)

O SR. MÁRIO - Eu agradeço o tempo que me foi dado. Vou deixar o dossiê com os senhores (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, a Sr^a Nívia Miglioli, Coordenadora Adjunta de Assuntos Indígenas da FAMATO. A inscrição é individual, é passada para cada um para que faça sua intervenção.

A SR^a NÍVIA MIGLIOLI - Boa-noite a todos!

Eu gostaria de fazer uma pergunta ao Deputado Federal Orlando: por que está sendo criada, na região de Apiacás, uma reserva indígena de um milhão de hectares para 69 índios, para os índios Kayabi? É só isso (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Sr. Clodoaldo Vivaldini, Coordenador de Primavera do Leste.

O SR. CLODOALDO VIVALDINI - Boa-noite a todos!

Eu gostaria de fazer uma pergunta a respeito do índio e das demarcações.

A comunidade indígena tem o poder de pedir a demarcação das terras indígenas. Só que na hora em que os índios querem revogar, no caso, querem pedir para não demarcar, eles não têm o poder de não demarcar mais o terreno. Quando ele pede, automaticamente, isso vai para frente, a Justiça determina e não consegue mais revogar o pedido. Eles mesmos não conseguem revogar. Essa é a pergunta (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - O próximo inscrito é o Sr. Aloir Pacini, Supervisor do Museu Rondon, da UFMT.

O SR. ALOIR PACINI - Eu cumprimento a Mesa e todos os presentes.

Eu estou perplexo com a situação que estamos vivendo nesta Audiência. Eu estive em uma Audiência Pública, em Água Boa, no ano passado, que foi feita para pressionar os índios contra a ampliação das áreas Xavante naquele local.

Nós vimos aqui o Cacique Alexandre pressionado. Seu irmão foi morto. Nós vimos os discursos feitos pelas pessoas e o que isso significa dentro de uma perspectiva indígena.

Foi falado que se vive em perfeita harmonia com os índios. Eu estive em Água Boa e soube que foi colocado veneno nas mangas que estavam nas ruas para que os índios não comessem as mangas (TUMULTO NO AUDITÓRIO). Eu ouvi o comentário lá.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Vamos garantir a palavra ao Sr. Aloir Pacini. Depois discutiremos isso.

O SR. ALOIR PACINI - Eu estive lá e pude perceber que essa harmonia não é tranqüila, porque o conflito de pessoas que vêm e ocupam uma terra que não é naturalmente suas já há desde o início.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

A harmonia que se vive em Água Boa é saber que nenhum índio tem o seu espaço garantido. O que nós vemos lá é que nenhum branco ou pelo menos uma pessoa que conheci que soube falar alguma coisa da cultura indígena, da língua indígena, falar a língua dos Xavante... Se nós vivemos em harmonia, nós queremos conhecer o outro, valorizar a cultura, o falar do outro.

O que eu quero chamar a atenção é que é bem complexa essa questão da expansão do Estado sobre as terras indígenas. Essa história de que vivemos desde o início da invasão dos portugueses... Ela continua de forma dramática aqui em Mato Grosso, por causa de uma postura de pessoas do Sul. Eu sou do Sul, conheço a perspectiva que nós trazemos ao vir para Mato Grosso, é uma perspectiva de invasão, de achar que nós somos os bons, que nós sabemos o que os índios precisam, que nós sabemos como fazer um índio produzir, como se ele não tivesse produzido durante esses milhares de anos, como se ele não tivesse sobrevivido. Então, nós falamos como se fôssemos os bons, aqueles que sabem, e os índios não sabem. Eles precisam aprender a produzir, precisam ganhar cesta básica, estão passando fome. Nós olhamos para os outros como se eles fossem crianças.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, o Professor Idevar Sardinha, Superintendente e Ouvidor de Políticas Indígenas de Mato Grosso.

O SR. IDEVAR SARDINHA - Exmº Sr. Presidente desta Audiência Pública, Deputado Ságuas, em nome do qual cumprimento toda Mesa; Cacique Alexandre, representando as lideranças indígenas; representante do CIMI aqui presente; representante da FUNAI; representante da Polícia Rodoviária, que muito tem nos ajudado, principalmente na questão da rodovia de Rondonópolis, na questão dos índios Terena; senhores, senhoras e produtores:

Evidentemente que assumimos a Superintendência de Assuntos Indígenas, Superintendência e Ouvidoria das Políticas Indígenas de Mato Grosso em um momento crítico.

Nesses 30 dias, Srs. Deputados, não fizemos outra coisa senão administrar a crise, liberar reféns. Ainda ontem eu chegava de Rondonópolis, por volta de 14:30 horas, onde tivemos uma discussão, principalmente sobre a saúde. Eu gostaria que os Srs. Deputados das Comissões de Direitos Humanos vissem a calamidade em que se encontrava aquela casa.

Quero aqui colocar que com 30 anos de experiência na questão indigenista, Srs. Deputados, falo com desprendimento, sem medo de falar, sem medo de ir para os pátios das aldeias, que eu acho ser o *locus* privilegiado para a discussão com os índios, e essa prática há muito se perdeu, há muito se perdeu porque a política indigenista hoje é tratada nos gabinetes, há muito se perdeu, porque as agências governamentais, e aqui coloco FUNAI e FUNASA, principalmente a FUNAI, foram sucateadas, Srs. Deputados.

Eu fui da FUNAI durante 15 anos. Por 15 anos fui Diretor do Museu do Índio na Universidade Federal de Mato Grosso. E também fui Superintendente da Região Centro-Oeste na FUNAI. Está aqui o Luiz que conhece. Das 58 áreas indígenas em Mato Grosso, senhores produtores, talvez eu seja o responsável pela demarcação de 16. Então, nesse aspecto, sinto-me bem à vontade. Não estou aqui fazendo demagogia e convido os senhores das Comissões de Direitos Humanos a visitarem uma área indígena a qualquer momento, a Aldeia do Xingu, do Cinta Larga ou qualquer aldeia.

No ano passado, Srs. Deputados, eu estive na Cinta Larga, na região de Juína, elaborei um relatório, encaminhei para a Ouvidoria do Palácio do Planalto, para o Ministério Público, para a Polícia Federal, para o Ministério da Justiça, todos os desmandos dali. Há uma invasão de divisa, Srs. Deputados, saída clandestina de madeira, saída clandestina de diamantes, e ninguém toma uma posição, é uma realidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Estive recentemente na fronteira com a Colômbia a convite da Comissão da Amazônia, e há uma fragilidade muito grande na questão das fronteiras. A questão da Amazônia, é preciso que se fortaleça essa agência governamental, se é que há uma política indigenista.

É preciso que os senhores se preocupem com o orçamento de qualificação de pessoal. Desde 19985 a FUNAI não tem um plano de quadro de servidores e nem sequer um concurso público. A FUNAI, por sua vez, terceirizou a questão indígena, a saúde indígena. Se ela não tinha competência, que não terceirizasse. Eu acho que há determinadas organizações não governamentais que trabalham...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPANHIA.)

O SR. EDIVÁ JOSÉ SARDINHA - ... com turismo local, mas, no âmbito das políticas macros, tem que ser um dever do Estado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu vou permitir ao Sr. João Santini dois minutos, para falar sobre a questão. Nós não vamos polemizar por esse lado, porque o objetivo da Audiência não é esse. O objetivo da Audiência é buscar o melhor caminho para a questão indígena aqui em Mato Grosso.

Sérgio, eu não vou conceder a palavra ao senhor. Acho que, dentro da mesma questão, ele terá condições de responder isso, para depois nós passarmos para as considerações finais da Mesa, para os Deputados Federais, e depois encaminharmos para o encerramento da Audiência.

Então, você terá dois minutos. Você disse que em dois minutos conseguiria fazer a sua defesa.

O SR. JOÃO SANTINI - Eu gostaria, com toda a tranquilidade de chefe de um Poder do Município de Água Boa, de solicitar às Comissões dos Direitos Humanos, federal e estadual - e peço em nome do povo de Água Boa, eu exijo e se assim não for feito, buscarei todos os trâmites normais e judiciais, se é que neste País existe justiça, é direito humano de todos os cidadãos - que seja feita, Srs. Deputados, uma investigação muito séria no Município de Água Boa. Que me prove, eu lanço aqui um desafio, se existiu até hoje a morte de um índio em Água Boa, por envenenamento. Talvez esse cidadão que tanto tentou denegrir a imagem do Município de Água Boa não saiba que um índio Xavante torturou, degolou, matou um funcionário da FUNAI lá no Município de Água Boa, um cidadão branco, e que até hoje a justiça e a polícia, em todos os níveis, nada fizeram. E a família, as crianças, filhas daquele cidadão, como estão vivendo hoje? Eu exijo, em nome do povo de Água Boa, do povo de Mato Grosso, porque tem cidadão brasileiro afim de trabalhar e não afim de anarquizar e muito menos de matar índio. Queremos ser, sim, respeitados como seres humanos para podermos dar o respeito a todos os índios, a todas as outras raças. Oxalá, meu pai, oxalá, meus Deputados, que este País tivesse leis como têm nos Estados Unidos. Oxalá que tivesse como tem a Europa, leis que não permitem a intromissão em assuntos de tão grandes relevâncias de pessoas que nada têm e que só vêm a este País para buscar, para tirar e para levar embora. Meu muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Encaminhando para o encerramento, passo a palavra para o Deputado Federal Pastor Reinaldo que fará as suas considerações finais.

O SR. PASTOR REINALDO - Quero cumprimentar o Presidente desta Audiência Pública e todos os senhores e senhoras presentes, o Cacique Alexandre e as demais representações das várias entidades que estão aqui.

Quero agradecer, primeiro, a Deus, por nos dar a oportunidade que tivemos nesses dias de poder tomar conhecimento dos fatos que nos trouxeram e fizeram com que essa caravana pudesse fazer essa impulsão pelo nosso País, o que faremos em mais seis Estados, e de conhecer a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

riqueza da cultura do índio brasileiro, conhecer, além das trinta e nove etnias, particularidades deste povo que estava aqui quando os portugueses aqui chegaram.

A nossa preocupação não é apresentar soluções, mas ouvir, porque a Bíblia fala que nós devemos ser longânimes no ouvir e tardios no falar. Às vezes, no falar antecipadamente podemos cometer erros, injustiças e prejulgamentos. Mas percebemos logicamente as intenções de uns e de outros com respeito à terra, com respeito à cultura do índio, com respeito ao investimento que o Governo faz. Notamos realmente que a FUNAI está numa decadência e precisa de uma reformulação e até de uma criação de um novo órgão.

Agora, tudo que nós estamos ouvindo, tudo aquilo que nós estamos vendo... Hoje, estivemos fora todo o dia, saímos antes do clarear do dia e voltamos à noite. Estivemos na Aldeia Xavante e pudemos ver que é muito mais do que um descaso por parte do Governo Federal. Nós temos visto que hoje o Governo Lula, com a sua política e as várias políticas afirmativas que estão sendo colocadas, eu creio que ele, após nos ouvir, ouvir esta Comissão, o nosso relato, após receber o relatório, há de se sensibilizar e de tentar, com o Ministério da Justiça, com os órgãos competentes, aprimorar um meio de resolver o problema do índio, mormente a questão de conflitos que estão acontecendo em algumas aldeias, em algumas áreas. A nossa intenção é ouvir, como disse, para podermos levar aos nossos Pares da Câmara Federal aquilo que estamos vendo, presenciando, para que possamos chegar a uma solução.

Agora, hoje, aqui, muito pouco ouvi, mas conversei com várias pessoas. Nós sabemos que há um certo desmando, que está havendo desvio de coisas que são de interesse, como, por exemplo, investimento que o Governo Federal faz nos hospitais nas áreas onde tem povo índio, que é próximo de sete mil reais e que não é aplicado, que não é prestado conta, que a FUNAI muitas vezes é um cabide de emprego para os próprios índios colocarem pessoas de seus interesses (PALMAS). Então, são coisas muito sérias que nós precisamos... Além do mais, eu vou ser bem franco, o que eu vi hoje na aldeia... Eu vi lá uma missão religiosa aparentemente uma coisa de Primeiro Mundo, e vi também aldeias, ocas onde moram os índios caindo aos pedaços, índios doentes, índios com problemas. Então, é muito delicada essa questão (PALMAS). É muito preocupante para nós essa visão que se está tendo do índio, do seu comportamento. Aqui não falo nem como índio, mas como cidadão, como vida, como humanos que são.

Então, preocupa-me bastante isso aí. Por isso é que eu digo: agradeço a Deus pela oportunidade de estar aqui tomando conhecimento dessas realidades para que eu possa no relatório, junto com o coordenador desta caravana, Deputados Federais Orlando Fantazzini e César Medeiros, contribuir para que alguma coisa seja feita realmente e de modo eficaz (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, para as considerações finais, o Deputado Federal César Medeiros.

O SR. CÉSAR MEDEIROS - Muito obrigado, nobre Presidente desta Audiência Pública.

Nesta oportunidade, quero saudar também todos os Deputados presentes, todas as autoridades presentes, o Cacique Alexandre, representando todas as populações indígenas das 39 etnias de Mato Grosso, os representantes das pastorais sociais, do CIMI, do MST, dos produtores rurais, e os Vereadores.

Estou fazendo questão de estar falando, neste momento, apesar de o nosso objetivo enquanto Comissão é mais estar ouvindo, para colocar um pouco das impressões, enquanto vamos passando em cada uma dessas realidades, o que vamos percebendo e sentindo.

Não é o momento ainda de emitir uma opinião final. Nós temos ainda muitas outras experiências para estar ouvindo. Posso dizer que cada lugar que nós estamos indo, que iniciou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

ontem por Mato Grosso do Sul, existe uma realidade diferente, os problemas são diferentes. Acredito que as 39 etnias de Mato Grosso possuem anseios e expectativas um pouco diferentes.

Eu gostaria de ser muito sincero com vocês. Eu esperava, com todo o respeito a todos que falaram, até por ser desta Comissão... Acho que nós temos que honrar e zelar pelo que falamos. Eu espero, neste breve pronunciamento, falar com toda sinceridade o que tenho percebido, principalmente nas falas de cada indígena que eu ouvi. Por que eu estou falando isso? Porque eu tenho percebido que na fala de cada índio há um coração mais inocente. A cada momento, a cada aldeia que eu vou passando, eu venho percebendo que os clamores, as reivindicações de cada povo indígena... Eu estou me dirigindo especificamente a eles, porque a nossa caravana está dando esse enfoque. Estou esclarecendo aqui que o meu objetivo não é colocar produtor contra população indígena, nem vice-versa, mas o sentimento de perceber que um povo indígena confinado, muitas vezes, numa área demarcada, às vezes, não é possível ter as condições que, na sua originalidade, teriam. Eles hoje têm que passar por uma situação que nós, enquanto sociedade, criamos. Não fui eu quem criou, não foi você que está aqui, mas que nós assumimos enquanto sociedade o que está em desenvolvimento.

Ninguém aqui é culpado pela situação, mas que nós precisamos ter racionalidade para poder, dentro de todos os problemas colocados, enfrentados por cada uma das partes, encontrar soluções. Quando fui eleito Deputado Federal, no dia da minha posse, eu me lembro que estiquei o braço para fazer um juramento de defender a Constituição Brasileira e, conseqüentemente, as populações indígenas. Como todas as pessoas têm o título de propriedade, elas devem ser respeitadas nos seus direitos e nos seus deveres.

Penso que, ao estar aqui para ouvir cada um de vocês, eu também quero que essa Constituição seja cumprida. Ela não é perfeita, ela precisa de reformulações, como vem tendo reformulações. Mas eu acredito que se estou eleito para representar toda uma sociedade. Quando digo toda uma sociedade, estão incluídos os povos indígenas, as nações quilombolas, os sofrendores de rua lá em São Paulo, o povo das favelas, está incluído até o traficante que, muitas vezes, está na condição que está pela situação que lhe foi colocada. Acredito que a maioria dos que estão na situação da criminalidade não estão simplesmente porque querem. É claro que existe muita safadeza, não vou entrar nesse mérito, mas o nosso objetivo é tentar aperfeiçoar um pouco mais a política indigenista, fazendo com que a Constituição Federal, o Estatuto do Índio, todas as leis sejam aprimoradas, sem perdermos a ótica do princípio da vida. Eu acho que o que move, o que rege cada um de nós, deve ser o princípio da vida, tendo em vista que a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em sua síntese, fala da vida. E a Constituição Federal, em toda sua essência, estará falando das nossas relações em vida.

Então, eu gostaria de, ao fazer essas reflexões, colocar que nós somos parte de um processo. Ao falar com um olhar um pouco de fora, uma vez que não sou produtor, não sou indígena, mas eu acredito que todos nós temos um pouco do indígena, do negro, do branco, do europeu, gostaria de levantar essa questão para pensarmos com um pouco mais de frieza. A lógica das populações indígenas não é a mesma de desenvolvimento econômico que estamos vivendo no momento (PALMAS).

Então, eu peço a compreensão de cada um e que na nossa racionalidade pensemos sempre nisso. Eu sei que cada produtor quer expandir suas produções. Eu sei que cada povo indígena também quer contribuir de alguma forma com a nação brasileira, especialmente nessa grande diversidade. Eu acho que quando nós pensamos em cada nação indígena, nós estamos pensando também na diversidade e na riqueza que é cada uma dessas culturas colocadas. Eu estou aprendendo que o português não é a única língua nacional, porque eu moro em uma região que não tem essa situação indígena tão presente. Eu quis fazer parte dessa caravana por compreender que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

somos cidadãos do mundo, já que o mundo é globalizado, está cada vez mais globalizado. Nós somos cidadãos do mundo. E, como cidadão do mundo, nós temos que pensar não somente, desculpem-me a expressão, mas é para não fugir da lógica do que eu quero dizer, em nosso umbigo, mas pensar em todo o processo, em todas as relações, em todo o desenvolvimento desse mundo. Por que eu digo isso? Porque, na medida em que vamos nos desenvolvendo, se não procurarmos cuidar uns dos outros, ou nos respeitarmos, ou nos relacionarmos bem com o ambiente em que vivemos, de que adiantará estarmos aqui reunidos, conversando sobre os conflitos indígenas, se daqui a algum tempo o planeta não terá mais condições de se desenvolver porque chegará a um estado, e nós já estamos percebendo isso simplesmente pelas mudanças climáticas. Eu falo isso porque sou da Comissão de Meio Ambiente e estou discutindo a questão das mudanças climáticas a cada dia, lá dentro da Casa, na Câmara Federal.

Então, eu acho que nós, com toda nossa ciência histórica e compreensão desse processo, temos que pensar em tudo que nos envolve, não simplesmente nas nossas relações produtivas, nas nossas relações interpessoais, mas em tudo que nos envolve.

Penso que nós viemos aqui e, ao final desse trabalho, ao final desse tempo dessa caravana, se no meu sonho, no sonho do Pastor Reinaldo, no sonho do Deputado Orlando Fantazzini, de todos os Deputados que compõem as Comissões de Direitos Humanos, se nós pensamos cem por cento e, nessa caminhada, conseguimos avançar pelo menos dez por cento, eu acredito que, nesse processo, cada um de nós já deu a sua contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Com a palavra, para as considerações finais e responder alguns questionamentos, o Deputado Federal Orlando Fantazzini.

O SR. ORLANDO FANTAZZINI - Eu vou iniciar não respondendo, mas fazendo uma reflexão também com vocês quanto à questão que foi levantada sobre “já mapearam os nossos minerais, já mapearam as nossas reservas de água e pretende, inclusive, o G-8 tomar o Brasil”.

Acho que nós temos grandes lições a aprender com a comunidade indígena na relação do equilíbrio da vida com a natureza. Acho que nós civilizados esquecemos algumas lições que a mãe natureza nos deu, que a mãe natureza nos dá todo dia. Eu digo isso porque sou de São Paulo, vivo numa Capital onde a expansão urbana e a ganância do homem branco foi tanta, que nós desrespeitamos de tal forma a natureza que... Constantemente, vocês assistem pela televisão às enchentes, às inundações das quais nós somos vítimas. Isso é freqüente em São Paulo! Não estou falando nenhuma novidade. É freqüente, porque invadimos as margens dos rios, nós temos um rio totalmente poluído. Minha mãe conta que fez mamadeira para mim com água do rio Tietê. Hoje, nem imaginar.

A nossa irresponsabilidade nesse aspecto... E eu estou falando de forma geral, não estou falando direcionando a alguém em especial desta audiência pública, mas é uma reflexão. Então, a nossa irresponsabilidade com a natureza está comprometendo as gerações futuras. Eu tenho dois filhos e gostaria que meus dois filhos pudessem desfrutar de pelo menos um pouco daquilo que eu tive a oportunidade de fazer e eles não puderam.

Acho que nós temos que aprender muito com as comunidades indígenas, assim como os índios também podem aprender muito conosco, mas em uma relação de muito respeito e não de imposição. Até hoje nós só impomos aos índios e impomos porque acreditamos que a nossa cultura é a melhor, é a mais correta, tem valores melhores. Eu tenho dúvidas, com toda honestidade, se a nossa cultura é melhor.

Nós produzimos tanto neste País e ainda assim temos 44 milhões de brasileiros em estado de miséria absoluta. Com toda a produção que temos, e aí temos que reconhecer o esforço de produção de todos os produtores, mas ainda assim não podemos esquecer que existem 44 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. Temos também que resgatar a dignidade dessas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

peçoas. Aí a nossa produção está servindo, obviamente, para pagar as dívidas do nosso País, mas a maior dívida que nós temos é com a dignidade do ser humano, e já não falo nem dos índios, falo dos nossos irmãos brancos, ou não índios, que também estão abandonados.

A companheira fala dos negros, com quem também temos uma dívida histórica. Os remanescentes dos quilombos, que também não demarcamos e, quando demarcamos, estamos vendo os remanescentes de quilombolas sendo atropelados por interesses outros.

A minha proposta aqui não é dizer quem está certo, quem está errado, até porque me incluo nessa sociedade. Eu também... Minha família veio da Itália. Meu bisavô, minha bisavó, em razão da miséria tão imensa que vivia na Itália, viram-se obrigados a migrar para o Brasil. Eu agradeço a Deus, até porque eles migraram para o Brasil, que eu acho que é um dos melhores países do mundo para se viver.

É legítimo o homem procurar outros locais que possam garantir a sua própria subsistência, a sua vida. O companheiro disse que veio do Rio Grande do Sul, legítimo, procurando uma melhoria na sua vida.

Se em 1959 deram um título que não deveriam dar, não está dentro de mim que o senhor deve ser penalizado. Eu disse que, em 1959, ao senhor foi outorgado um título de propriedade. Portanto, o senhor não pode pagar por algo, como também acho que os índios não podem pagar por aquilo que já fizeram a eles em 1500.

É esse equilíbrio que nós queremos encontrar. E aí eu quero responder muito objetivamente ao Sr. Roberto Zanoni, como é que nós vamos pagar essa dívida. Não pode ser da forma que está sendo paga. Da forma que está sendo paga não pode, isso eu tenho certeza, acuando os índios, impedindo que eles possam desenvolver a cultura, querendo impor que o padrão e o modelo de vida deles seja o mesmo do nosso, que os valores deles têm que ser os nossos valores. Esse modelo não pode ser. Não é dessa forma que nós vamos pagar essa dívida. Não podemos pagar essa dívida (PALMAS), em hipótese nenhuma, dessa forma, porque isso não é pagar dívida, isso é fazer com que a dívida aumente.

Acredito que nós todos juntos temos a possibilidade de encontrar uma fórmula para tal, como também não acho justo que o senhor ou os senhores paguem a dívida, que não foi contraída pelos senhores, mas pelo conjunto da sociedade brasileira. Acredito que nós temos condições de encontrar um meio de fazer com que essa dívida seja resgatada.

Eu tenho nas audiências públicas, não só eu, mas o Pastor Reinaldo e o Deputado César Medeiros, nós temos ouvido que há problemas seriíssimos com a FUNAI. Enquanto Deputados, vamos ter e temos a responsabilidade de aprofundar uma discussão sobre a problemática da FUNAI, não dizendo que tem que acabar a FUNAI, que a FUNAI não presta, que a culpa dos problemas da FUNAI é dos funcionários. Não. Nós temos que conhecer quais são os problemas para poder atacar, de forma exata e correta, para que nós possamos ajudar os profissionais da FUNAI, que nós também reconhecemos que vários deles se desdobram para que tenham condições e para que a própria entidade possa cumprir o seu papel legal. Então, há problema, como há problema na FUNASA, e é responsabilidade nossa, muita mais nossa, de Deputados Federais, porque envolve recursos federais. Então, buscando de forma pontualizada a problemática da FUNAI, da FUNASA, o problema de titulação equivocada, o problema de que os índios não podem ser penalizados pelos erros que não são nossos, mas que foram no passado criados por nós... Quer dizer, nós temos condições de buscar a melhor solução possível, para que possa atender aos interesses e para que nós possamos conviver em harmonia.

Acredito também, como aqui foi dito, que o Governador coloca o índio em primeiro lugar, que não pode só colocar o índio em primeiro lugar. Colocar o índio em primeiro lugar não significa só dar alimento, só dar condições também para que ele só se alimente, porque

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

têm outras questões. Você pode dar o alimento, mas você também pode matar a pessoa pela angústia de deixar de ser o que ela é. Eu hoje ouvi da boca do Cacique Alexandre que nós temos que dar as condições materiais para se viver aqui, mas nós também temos as condições espirituais, palavras dele. Nem sempre as condições materiais garantem vida e dignidade, mas nós temos que ter em conta as questões espirituais.

A nossa relação - e aí é uma outra reflexão que eu proponho a vocês - de civilizados com a terra é uma relação de propriedade, e o Cacique Alexandre hoje dizia: “vocês, brancos, são espertos, vocês pegam a terra e cercam: ‘isso aqui é meu’, e nós índios temos a terra para todos; mas vocês são muito espertos”. A nossa relação com a terra é uma relação de propriedade, de produção, para nos automantermos e para acumularmos. A relação do índio com a terra é totalmente diferente, não é a mesma que a nossa. A relação do índio com a terra não é para acumular riqueza, é para sobreviver. Então, nós temos que também procurar entender, nessa relação de prioridade absoluta ao índio, essas diferenças, que as nossas prioridades não são as deles. Eles precisam da terra e eles são parte integrante da natureza. Nós, não! Somos de forma diferenciada totalmente, porque nós usamos a natureza para ter acúmulo de bens. Os índios não fazem isso! A nossa relação com a natureza é predatória, a deles é de preservação (PALMAS).

Essas reflexões... Eu não estou aqui para passar lição em ninguém. Eu estou aqui para propor uma reflexão. Essas relações que nós temos... Eu sei que é difícil para cada um de nós, que fomos educados numa sociedade com valores diferentes, aceitar os valores do outro, mas nós temos que fazer esse esforço. É difícil para cada um de nós. Como o senhor que veio do Rio Grande do Sul se sente, às vezes... Ele deve ter se sentido, quando chegou aqui, um estranho. Aos poucos, com o tempo, foi se integrando e, hoje, se sente um mato-grossense, eu tenho certeza. Nós também temos que fazer esse processo de adaptação quando tratamos de questões como essa, porque se nós não fizermos essa reflexão, os brancos têm a sua verdade, os índios têm a sua verdade. Vai prevalecer a verdade daquele que tiver mais força para impor sobre o outro. Estou propondo justamente o oposto, estou propondo que não utilizemos a imposição, mas uma reflexão para que possamos entender melhor o outro, até para propor soluções que talvez sejam muito mais benéficas até mesmo para nós, porque quando nos despimos e partimos para um diálogo, despídos de valores, mas procurando compreender os outros, às vezes, nós encontramos soluções que até são melhores para nós que aquelas que nós, no passado, propúnhamos. É só isso que eu estou pedindo. É só isso que eu estou propondo aqui, nada mais. Nós não vamos julgar nenhum dos três Deputados. Nós não vamos julgar ninguém.

Digo que sairemos daqui, hoje, enriquecidos com o que nós ouvimos por parte de vocês. Por exemplo, o João Santini falou da questão do turismo indígena. Eu não sei se seria o turismo indígena, mas por que nós não podemos aproveitar melhor a questão do turismo ecológico, que poderia dentro dessa perspectiva criar um fundo para ajudar as comunidades indígenas. São propostas que nós vamos estar ouvindo e levando também.

Nós não achamos que perdemos tempo ouvindo, ao contrário, nós estamos ganhando. Ganhando, e muito. A Irmã Ada falou das 39 etnias. Foi 39 que a senhora falou, Irmã? 39. Então, eu estou reproduzindo fielmente o que ela falou, depois nós chegamos num acordo se é 33, 38 ou 39. Nós temos que ouvi-las, todas, sem dúvida alguma. Eu só lamento que o tempo que nos foi concedido pela Câmara Federal não nos possibilite ouvir todas. Nós lamentamos porque gostaríamos de poder ouvir todas, em todos os Estados, mas infelizmente não será possível.

Então, nós estamos fazendo isso por amostra, mas vocês aqui no Estado, vocês têm todas as condições de fazer ações contemplando todas, ouvindo todas, sem o espírito de troca de acusações, sem o espírito de procurar quem é o culpado. Afirmo aqui que se existe vítima nesse processo, as vítimas são os índios e as vítimas são os produtores. Como bem foi dito pelo Sr. Luiz,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

ele comprou e pagou em 1959. Então, aqui não tem que trocar farpa um com o outro. Se ambos são vítimas, vamos construir um processo em que possamos sair dessa condição de vítima e possamos ter os nossos direitos.

A questão que o Mestre Mário falou dos Bororo, para nós foi uma novidade essa questão dos Bororo. É importantíssima. E aí, como é que nós legisladores podemos fazer leis justas, se nós não conhecemos os fatos? Quem acredita que é possível fazer uma lei justa, conhecendo uma parte da verdade ou uma parte só da história? Impossível! Por isso é que nós nos propusemos a fazer essa caravana para procurar conhecer a totalidade, se não der para conhecer 100%, pelo menos nós vamos poder apresentar um conjunto de propostas em cima de um número maior de informações do que aquela que nós temos.

Então, é preciso conhecer a realidade de vocês também, que é a realidade de quem comprou, pagou e não pode ficar no prejuízo. Também é preciso conhecer a realidade que existem trinta e tantas outras etnias e que a etnia que vivia, inclusive, nesse local, sequer tem área demarcada. Então, nós precisamos de todos esses elementos, não só daqui. Já fiz menção no início, já ouvimos os Terena, os Guarani, os Kaiwá, e assim por diante. Então, nós vamos buscar o máximo de elementos possíveis para que nós possamos avançar nessas questões.

Para encerrar, não quero me aprofundar, avançar mais do que isso, quero dizer que a questão da investigação da manga foge da nossa alçada e da nossa competência. Se vocês acham que devem tomar providências, existem outros meios legais, nós não podemos tomar nenhuma medida nesse aspecto.

Quero deixar aqui o agradecimento a todos vocês, sem qualquer distinção, sem qualquer distinção mesmo.

(NESTE MOMENTO, UMA PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. ORLANDO FANTAZZINI - Olha, nós estamos partindo, amanhã, às 05:30 horas, quero só explicar para a senhora.

A caravana tem o objetivo precípuo de ouvir índios. Nós, quando iniciamos, achamos... Se há um conflito, vamos também ouvir o outro lado, e estamos fazendo, embora a caravana tivesse um outro objetivo. Na questão dos produtores, existe uma outra comissão na Câmara Federal, que é a Comissão de Agricultura, que vocês também podem estar dialogando com eles. Agora, se a Comissão de Agricultura que é composta por um outro conjunto de Deputados, se eles não têm a preocupação de fazer o trabalho nesse sentido, eu não posso ser responsabilizado.

Então, nós entendemos que porque ouvimos os produtores aqui hoje, nós não vamos poder dar garantia de que nós vamos marcar uma outra data, até porque a caravana, como eu falei, tem um espaço muito limitado para percorrer uma área grande...

(NESTE MOMENTO, UMA PARTICIPANTE MANIFESTA-SE - INAUDÍVEL.)

O SR. ORLANDO FANTAZZINI - Eu respeito. Eu aprendi, na democracia, que nós temos que saber ouvir. Eu respeito as pessoas que quiserem se retirar. Eu fiquei aqui, ouvi todos. Dentro da nossa limitação, nós estamos ouvindo. Se as pessoas não querem que as coisas aconteçam e só podem acontecer do jeito que elas querem, obviamente, são pessoas que não estão preparadas e não querem o diálogo (PALMAS).

Muito obrigado a todos e à Assembléia Legislativa (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (SÁGUAS) - Eu só gostaria de dizer que eu vejo, já encerrando, que nós estamos no início do processo de discussão da questão indígena. Como a Irmã Ada disse, nós temos 33 nações indígenas. É importante fazermos uma discussão com todas elas. Obviamente, que as coisas começam... São 39 nações indígenas. Está bem. Essa questão da sustentabilidade acontece praticamente em todas as nações indígenas. Nós temos os Pareci, que já tiveram um processo de arrendamento de terra, que agora estão plantando sua lavoura.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

Eu sou de Juína, já fui Prefeito lá, e nós temos três nações indígenas. Temos os Enawené-nawê, que praticamente há quatro anos não tinham contato nenhum com o branco, a não ser com a OPAM, que trabalhava lá. Nós temos os Cinta Larga, que teve exploração de madeira, de mineral. Sardinha, foi suspensa toda essa exploração mineral e florestal, pelo menos do ano passado para cá. Toda hora há uma tentativa de se ocupar a área. Está sendo discutida nessas áreas a exploração mineral, a exploração florestal. Nós temos os canoeiros, que são os Rikbaktsa, que têm um outro modelo de vida, de cultura. Cada nação indígena tem uma cultura diferente, tem um momento de vida diferente.

Hoje, levantamo-nos às 05:00 horas, deslocamo-nos até Sangradouro, voltamos e estamos encerrando esta Audiência Pública. Foram dezessete horas de discussão desse problema. Para os senhores verem que, no final, conseguimos avançar muito nas discussões, porém não discutimos 0,1% dos problemas. Então, teremos que ter vários momentos como esse.

Gostaria de dizer aos produtores rurais que a Assembléia Legislativa, a Comissão de Diretos Humanos, está aberta para essa discussão. Nós vamos provocar essa discussão. Nós temos conhecimento da realidade das comunidades indígenas.

Hoje, eu disse lá na aldeia alguma coisa que o Orlando Fantazini disse aqui, que nós temos que enxergar a questão da terra para as comunidades indígenas de uma maneira diferente, porque dentro da comunidade branca, dentro dos não-índios, nós dividimos em propriedades individualizadas, e na comunidade indígena a área é coletiva, é um território, não é uma propriedade individual. E nós ouvimos as pessoas dizerem: Ah, cada índio tem 1.700 hectares de terra em Mato Grosso. Não é bem assim.

Nós temos um território todo, de uso coletivo, onde se reproduz a vida, onde se desenvolve a uma cultura, onde se cultua crenças. Nós temos uma outra realidade muito diferente da nossa que tem que ser respeitada. Obviamente, nós temos que trabalhar a questão da sustentabilidade dessas comunidades indígenas, sustentabilidade econômica, sustentabilidade do ponto de vista da saúde, da educação. Eu creio que estamos avançando.

Eu disse também lá, em Sangradouro, que estamos vivendo um momento muito importante no Brasil, um momento que nós temos um Governo estadual novo, um Presidente da República novo. O Presidente da República, o Partido dos Trabalhadores, sempre tem se voltado para essa questão indígena. E vocês, produtores rurais, podem perceber também que é um Governo que está trabalhando para garantir a produção, tanto a agricultura familiar quanto a produção de larga escala. O *agrobusiness* não sofreu nenhum prejuízo com o Governo Lula, ao contrário, ganhou mais recurso para investimento. O Governo Lula tem clareza da importância do *agrobusiness*, do agronegócio, para a balança comercial do país e também tem clareza da importância de fortalecer a agricultura familiar para produzir cesta básica para cada um dos nossos cidadãos brasileiros.

É muito clara essa questão indígena. Nós temos quantas etnias, quantas nações indígenas no Brasil todo? São muitas etnias. Então, nós temos que ter uma política indígena que seja clara e que possa buscar a solução para esses problemas todos do Brasil, porém resguardando as diferenças das nações, das etnias e também resguardando a cultura indígena.

Então, eu não vejo que, como estamos em pleno processo de diálogo, de conversação, não existe a necessidade dessa angústia toda, das pessoas estarem desesperadas, querendo fazer valer a sua idéia, querendo aprovar tudo isso agora, porque esse processo aqui em Mato Grosso provavelmente passará pela Assembléia, a discussão sobre a questão do desenvolvimento da lavoura, da roça comunitária nas comunidades indígenas. É um processo que vai ter que passar por aqui e nós não vamos produzir uma política só para o Sangradouro, nós vamos ter que produzir uma política, quando formos discutir sustentabilidade, para as 39 nações indígenas em Mato Grosso. Temos algumas parecidas, como aqui na região dos Chapadões, com as mesmas

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR CONFLITOS EM TERRAS INDÍGENAS,
REALIZADA NO DIA 08 DE OUTUBRO DE 2003, ÀS 19:30 HORAS.

características, mas nós temos outras nações indígenas que estão na Região Amazônica que têm uma outra realidade.

Gostaria de dizer a todos que, com muita tranquilidade, nós tivemos hoje a presença dos três Parlamentares Federais.

O Deputado Carlos Abicalil pediu desculpas. Ele gostaria muito de estar aqui, mas teve um outro compromisso agendado e não pode comparecer.

A Senadora Serys Slhessarenko, com quem estive falando hoje, e já ia me esquecendo de dizer, também pediu escusas por não estar presente aqui.

Eu creio que todos os parlamentares estão preocupados com a questão indígena e hoje tivemos a presença desses três companheiros aqui para discutir a questão indígena.

Nós, na Assembléia Legislativa, independentemente de partido, mas dentro da Comissão de Direitos Humanos, da Comissão de Agropecuária, Indústria e Comércio, teremos muito o que caminhar e discutir ainda. Dentro dessa questão temos outros problemas ainda, como a questão das terras de Mato Grosso, para a qual estamos propondo uma Comissão aqui na Assembléia Legislativa, e estamos discutindo com o Deputado Zeca D'Ávila, que é Presidente da FAMATO em Mato Grosso. Então, estamos vivendo um momento em que podemos fazer muitas discussões e caminhar para solução de muitos desses problemas.

O Deputado Mauro Savi pediu desculpas por não ter ficado até o final da audiência, mas em seu nome, em nome da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa e dos três Deputados que se deslocaram até aqui, ao encerrar esta Audiência Pública, agradeço a presença de todas as autoridades, das entidades de classe e de todos os presentes, dizendo que estaremos abertos à discussão e muitos debates teremos que fazer pela frente.

Declaro encerrada a presente Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Rossana Valéria Guerra;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa.